

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.428.889 - SP (2019/0008394-6)

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
AGRAVANTE : ADRIANA RODRIGUES PEREIRA
ADVOGADO : THIAGO DANIEL RUFO - SP258869
AGRAVADO : MUNICÍPIO DE ARAÇATUBA
PROCURADOR : GLAUCO RODRIGO DIOGO E OUTRO(S) - SP225293
AGRAVADO : SAMAR - SOLUCOES AMBIENTAIS DE ARACATUBA S.A
ADVOGADO : GUILHERME CORONA RODRIGUES LIMA E OUTRO(S) - SP305583

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de agravo interposto por Adriana Rodrigues Pereira contra decisão que não admitiu recurso especial sob os seguintes fundamentos: i) incidência da Súmula 7 do STJ; e ii) "quanto à letra 'c' do permissivo constitucional, deixou o recorrente de atender ao requisito previsto no art. 541, parágrafo único, do revogado Código de Processo Civil (correspondente ao art. 1.029, § 1º, da Lei n. 13.105, de 16 de março de 2015), e art. 255, § 12, do RISTJ [...]" (e-STJ, fl. 474).

Impugnada especificamente a decisão, conheço do agravo e passo à análise do recurso especial.

O apelo nobre foi manejado, com amparo no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, em oposição a acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim ementado (e-STJ, fls. 327-343):

AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. Danos decorrentes de queda em buraco no asfalto, ausente qualquer sinalização, causado por vazamento na rede de água. Sentença de improcedência. Ausentes elementos de convicção que demonstrem o nexo causal entre os danos ocorridos à autora e a omissão da Administração Pública quanto ao dever de manutenção da segurança da via pública. Negado provimento ao recurso.

Opostos embargos de declaração, estes foram rejeitados (e-STJ, fls. 365-369).

Alega a insurgente, em suma, violação do disposto nos arts. 43 e 927 do Código Civil.

Assevera ter sido demonstrado o dissídio jurisprudencial que fundamenta o recurso especial e "que os julgados aqui colacionados foram tirados do repertório autorizado de jurisprudência, constante do 'jurisprudência *on line*', do *site* da Associação dos Advogados de São Paulo – www.aasp.org.br –, conforme autorizado pela Instrução Normativa n. 1, de 11.2.2008 – DJ de 22.2.2008" (e-STJ, fl. 386).

Aduz que a responsabilidade do Estado é objetiva, uma vez que "independe de se demonstrar se houve a ocorrência de culpa ou dolo por parte do agente

responsável pela conservação das vias públicas no perímetro urbano" (e-STJ, fls. 386-387).

Requer o provimento do especial para reformar o acórdão combatido, julgando procedente a pretensão da recorrente, para condenar a parte recorrida ao pagamento de indenização por danos materiais, morais e estéticos.

Apresentadas contrarrazões às e-STJ, fls. 436-443 e 461-473.

É o relatório.

Inicialmente, registro que o acórdão proferido na origem foi publicado na vigência do CPC/2015, motivo pelo qual os requisitos de admissibilidade do apelo nobre devem seguir a sistemática processual correspondente, nos termos do Enunciado Administrativo n. 3/STJ, com o seguinte teor:

Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

O Tribunal local, ao decidir a questão, consignou (e-STJ, fls. 327-343):

Para que decorra a obrigação de indenizar, são necessários os seguintes requisitos: a demonstração da ocorrência de dano, do nexo de causalidade entre estes e o comportamento omissivo da Administração, presente o dever de agir.

A Jurisprudência tem decidido que a responsabilidade por falta de serviço, falha do serviço ou culpa (ou dolo) caracterizará sempre responsabilidade por comportamento ilícito, quando o Estado, devendo atuar segundo certos critérios ou padrões, não o faz, ou atua de modo insuficiente.

Sabe-se, ainda, que o Município tem o dever constitucional de conservar vias públicas, além de fiscalizar os serviços prestados pelas suas concessionárias, garantindo, dessa forma, a segurança dos usuários. Assim, sempre que constatada omissão culposa no dever de manutenção da segurança das vias públicas (conservação e constatação de irregularidades na via pública a fim de se evitar acidentes), a Municipalidade deverá responder pelos danos causados aos particulares.

[...]

Restou provado nos autos que a autora sofreu uma queda na via pública, e, em decorrência do acidente, sofreu graves lesões.

Em seu depoimento pessoal (fls. 227/228), a autora conformou que não tinha visto o buraco quando pôs o pé na rua, da seguinte forma:

[...]

Portanto, ainda que não se possa afirmar que, no caso, teria havido culpa exclusiva da vítima, está caracterizada sua culpa concorrente, por não prestar atenção por onde andava.

Já a testemunha Josefa Rodrigues Pereira, mãe da autora, disse que:

[...]

Percebe-se, do depoimento acima, que não há como se ter certeza da

existência do referido buraco em que a autora teria caído, pois a testemunha simplesmente "acha" que havia um buraco ali, e que a autora teria escorregado na água que corria na sarjeta.

E as testemunhas arroladas pelos réus também nada acrescentaram nesse sentido em seus depoimentos.

[...]

Assim, da análise das provas carreadas aos autos, verifica-se que a autora não se desincumbiu de seu ônus probatório (artigo 373, inciso I, do NCPC), uma vez que não comprovou os fatos alegados na inicial, em especial, qualquer conduta da concessionária de serviços públicos ou da municipalidade.

Há que se ressaltar, especificamente, não haver comprovação de que os fatos tenham se dado como narrado na inicial, ou seja, que efetivamente havia um buraco na via pública, não sinalizado, coberto por água, em decorrência de um vazamento, que estabeleça o nexo causal entre a lesão corporal sofrida pela autora e a conduta dos réus.

Desse modo, nota-se que, por meio da análise de fatos e provas dos autos, a Corte de origem concluiu que não havia elementos de convicção que demonstrassem o nexo causal entre os danos causados à autora e a omissão da administração pública quanto ao dever de manutenção da segurança da via pública.

Ressalte-se que, para alterar a conclusão da Corte *a quo*, seria imprescindível o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, o que é defeso na via eleita em virtude do enunciado da Súmula 7 do STJ: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial."

Nesse sentido:

PROCESSO CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL. AUSÊNCIA DE OMISSÃO DO ESTADO. REEXAME DE PROVA. SÚMULA 7/STJ.

1. A função precípua do Superior Tribunal de Justiça é a uniformização da legislação infraconstitucional, não se podendo, entretanto, revisar o contexto fático-probatório decidido nas Instâncias ordinárias.

2. Acatar os argumentos da agravante para desconstituir o que ficou assentado na instância de origem demandaria revisar as provas dos autos, o que é vedado ante a incidência do enunciado sumular n. 7/STJ.

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 313.198/DF, Rel. Min. CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 28/5/2013, DJe 5/6/2013)

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL E MATERIAL. HEMOFILIA. TRANSFUSÃO DE SANGUE. RESULTADO POSITIVO DE HIV. NEXO CAUSAL AFASTADO PELO TRIBUNAL A *QUO*. REFORMA DO JULGADO. NECESSIDADE DE REEXAME DO

CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO CONFIGURADO.

1. Cuida-se de recurso especial interposto contra decisão que, em apelação, negou provimento a ação de indenização por danos morais e materiais na qual os autores, hemofílicos, afirmam terem sido contaminados com o vírus HIV em transfusão de sangue realizada em unidades hospitalares de responsabilidade dos recorridos.

2. Alegam, nas suas razões recursais, falha no serviço dos órgãos de controle, que não tomou os cuidados necessários a fim de evitar a contaminação do sangue por meio da transfusão, estando, assim, evidenciada a responsabilidade civil do estado, bem como a ocorrência do nexo de causalidade entre a omissão dos recorridos e o resultado do evento danoso.

3. O Tribunal de origem, com base na análise do contexto fático probatório dos autos, afastou a existência do nexo de causalidade para a imputação da responsabilidade civil objetiva do Estado, reconhecendo indevida a indenização pleiteada. A reforma de tal entendimento demanda reexame dos fatos e das provas encartadas nos autos, o que é vedado, em recurso especial, em razão do contido na Súmula 7 desta Corte.

4. O dissídio jurisprudencial invocado também não foi demonstrado nos termos do art. 255, e seus parágrafos, do Regimento Interno do STJ, tendo em vista que os recorrentes não mencionaram as circunstâncias que identificassem ou assemelhassem os casos confrontados.

5. Recurso especial não provido.

(REsp 1.202.159/RJ, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 27/9/2011, DJe 7/10/2011)

AGRAVO INTERNO EM AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS - DECISÃO MONOCRÁTICA NEGANDO PROVIMENTO AO RECLAMO.

INSURGÊNCIA DO DEMANDADO.

1. As questões trazidas à discussão foram dirimidas pelo Tribunal de origem de forma ampla, fundamentada e sem omissões, devendo ser afastada a alegada violação ao artigo 535 do Código de Processo Civil de 1973.

2. No caso concreto, o exame da pretensão recursal, no sentido de verificar a alegada inexistência de nexo de causalidade entre a conduta do agravante e os danos causados, bem assim a aventada culpa exclusiva de terceiro, demandaria necessariamente o reexame da matéria fática e probatória, procedimento inviável em recurso especial ante o óbice da Súmula 7 do STJ.

3. A revisão da indenização por dano moral apenas é possível na hipótese de o quantum arbitrado nas instâncias originárias se revelar irrisório ou exorbitante. Não estando configurada uma dessas hipóteses, não cabe

Superior Tribunal de Justiça

reexaminar o valor fixado a título de indenização, uma vez que tal análise demanda incursão na seara fático-probatória dos autos, atraindo a incidência da Súmula 7 do STJ.

4. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 197.808/RJ, Rel. Min. MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 21/2/2017, DJe 1º/3/2017)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, II, do CPC/2015, c/c o com o art. 253, parágrafo único, II, "a", do RISTJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator